



Juventudes, políticas públicas e caminhos de incidência no projeto NEA-BC

Gina Alejandra Huerfano Aguilar¹; Ianca Pereira da Silva Braga²; Leticia Kethyn Campos Santos³; Noelle Costa Nogueira⁴

GT 20: Jovens na pesquisa e extensão

RESUMO

Este trabalho dialoga com a proposta do grupo de trabalho, jovens na pesquisa e extensão no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ENANPPAS, a partir da experiência de jovens bolsistas do Projeto Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC). Seu objetivo é contribuir com a mitigação dos impactos socioespaciais da indústria petrolífera na Bacia de Campos, a partir da formação, participação e engajamento dos jovens no campo das políticas públicas, articulando a pesquisa, a formação cidadã e a incidência política nos territórios. Neste resumo serão apresentadas as experiências de atuação das bolsistas dos municípios de Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu e Macaé a partir de processos pedagógicos de pesquisa e monitoramento de políticas públicas tais como: ambiente, juventude e orçamento público, fortalecendo assim, a construção de conhecimentos, com o saber popular, a linguagem técnica e a prática política cotidiana. Fortalecendo a participação de jovens e lideranças em espaços de controle social, historicamente resistentes à participação ativa da juventude e da sociedade civil.

Palavras-chave: Juventude, educação ambiental crítica, processos pedagógicos, políticas públicas e participação social.

Destaques (highlights)

¹ Associação Raízes. E-mail: alejandra@neabc.org.br

² Associação Raízes. E-mail: ianca.braga@associacaoraizes.org.br

³ Associação Raízes. E-mail: leticia.santos@associacaoraizes.org.br

⁴ Associação Raízes. E-mail: noelle.nogueira@associacaoraizes.org.br



- A proposta pedagógica da Associação Raízes, desenvolvida no âmbito do Projeto Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC), vem promovendo a participação e o engajamento dos jovens no campo da incidência em políticas públicas.
- Os bolsistas dos municípios de Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu e Macaé se destacam no âmbito do projeto NEA-BC pelas trajetórias de construção de conhecimento, linguagens acessíveis, letramento digital, participação social e métodos de ação coletiva.
- A presença juvenil no projeto NEA-BC ultrapassa a dimensão teórica, integrando-se ativamente à construção de uma educação ambiental crítica voltada ao empoderamento e à responsabilização coletiva sobre as políticas públicas, com a participação qualificada e o controle social.
- A experiência das bolsistas do projeto NEA-BC revela que, ao ocupar os territórios com ferramentas de leitura crítica, educação ambiental e mobilização comunitária, os jovens incidem no seu território e indicam, ainda que implicitamente, a ausência de políticas de juventudes e políticas sociais participativas robustas e integradas para os jovens.

INTRODUÇÃO

O Projeto Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC) é uma medida de mitigação condicionante do licenciamento ambiental da Petrobras, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), cujo objetivo consiste em contribuir com a mitigação dos impactos socioambientais da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás, por meio da organização e participação comunitária na gestão socioespacial, em busca de uma sociedade mais justa e sustentável na região de atuação.

Executado pela Associação Raízes, em convênio com a Petrobras e licenciado pelo IBAMA, a partir da Nota Técnica 01/2010⁵, o projeto foi elaborado com base no diagnóstico participativo, realizado em 2008, onde identificou-se uma “baixa mobilização e participação dos cidadãos nas decisões referentes aos recursos ambientais na região” (Reis et al., 2019, p.

⁵ NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10 apresenta Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás



19). Como forma de colaborar para a participação na gestão ambiental municipal e promover uma educação ambiental crítica e verdadeiramente transformadora de realidades, foram criados Grupos Gestores Locais (GGLs) com participantes voluntários em cada um dos municípios.

Atualmente, o projeto está presente em 17 municípios litorâneos, sendo 13 municípios no estado do Rio de Janeiro e 4 municípios no sul do Espírito Santo na Bacia de Campos e Bacia de Santos⁶. Sua atuação na gestão das políticas públicas ocorre por meio da formação com a comunidade e gerido de forma coletiva, sendo este um de seus diferenciais, afinal a participação e a democracia devem estar presentes em todos os lugares e instituições, principalmente naquelas comprometidas com a execução de políticas públicas, em nosso caso, a Política Nacional de Licenciamento Ambiental e a Política Nacional de Educação Ambiental, importante instrumento para viabilizar os processos democráticos nos municípios.

Com o amadurecimento do projeto, compreendeu-se a necessidade de fortalecimento da juventude que fazia parte do GGL, ampliando os espaços de atuação e representação que possuem na sociedade, portanto, o estímulo à participação política tornou-se primordial. A partir de 2015 o projeto acolheu a demanda dos jovens, articulando a pesquisa, a formação cidadã e a incidência política. Para isso, foram viabilizadas bolsas (com apoio financeiro), uma por cada município de atuação, cujo objetivo é fomentar a participação e o engajamento dos jovens nas temáticas do projeto. Elas foram criadas estrategicamente para promover o diálogo entre os processos de pesquisa e formação juntos aos comunitários que participam do projeto. Majoritariamente composto por jovens, eles têm por responsabilidade promover o debate, apresentar temas das políticas públicas locais, realizar estudos e apresentar o monitoramento das atividades do poder público. Por sua linguagem acessível, faixa etária e pelas próprias características de protagonismo da juventude, eles alcançam de forma mais ampla o público prioritário, para isso, passam por estudos, formações e pesquisas orientadas.

A organização e funcionamento do projeto ocorre por meio da participação dos comunitários, equipe e órgãos executores, desde o planejamento, a elaboração de ações e destinação de recursos, até a avaliação de resultados. O envolvimento dos diferentes sujeitos em sua construção e execução, está relacionado com a proposta pedagógica que a Associação

⁶ Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Itapemirim-ES, Macaé, Marataízes-ES, Piúma-ES, Presidente Kennedy-ES, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e Saquarema.



Raízes desenvolveu, o Projeto Político-Pedagógico (PPP), com base na perspectiva de educação popular freiriana e na educação ambiental crítica. Estes processos educativos estão divididos em três pilares, interligados entre si: os diagnósticos, formativos e interventivos. O diagnóstico identifica os problemas socioambientais e compreende coletivamente as características da realidade para transformá-la. O formativo constrói e dissemina conhecimento. O pilar interventivo ocorre com a participação do GGL em espaços de participação e controle social, trazendo para a prática o conhecimento desenvolvido.

Considerando os pressupostos da educação crítica que norteiam o projeto e a proposta para a juventude, a pesquisa tem como objetivo apresentar a experiência e atuação dos jovens bolsistas dos municípios de Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu e Macaé do Projeto NEA-BC, a partir de processos pedagógicos de pesquisa, monitoramento de políticas públicas em sites oficiais, disseminação e construção de conhecimentos, formação cidadã, e ações de participação e incidência dos jovens na transformação social e multiplicação de ações no território. Assim mesmo, ressalta-se, o letramento digital e uma linguagem acessível como ferramentas principais para a educomunicação, qualificação dos comunitários e fortalecimento da participação social.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, do tipo exploratória, com a apresentação da experiência dos bolsistas do projeto NEA-BC. Para tanto, será realizado um estudo de caso, centrando-se na investigação empírica que busca compreender uma dinâmica contemporânea de um contexto real. A análise da realidade a partir do estudo de caso permite o aumento na compreensão sobre os eventos, além de permitir explicar causais de determinado fenômeno em situações muito complexas da realidade (Godoy, 1997; Yin, 2005).

O trabalho aprecia o estudo de caso, promovendo as narrativas das bolsistas como agentes produtores de conhecimento, cujo propósito é caracterizar sua prática e resultados dentro do projeto. Configura-se em um estudo de diferentes realidades municipais, pois por meio deles, torna-se possível aprimorar o conhecimento acerca do universo a que pertencem (Gil, 2002). A supervisão técnica e pedagógica foi contínua, promovida pela equipe de Pesquisa Social da Associação, fortalecendo a articulação entre teoria e prática, pois compreende-se que



o processo formativo é também campo de construção da cidadania ativa (Gohn, 2011). A pesquisa ancora-se nos referenciais do projeto, já apresentados, a educação ambiental crítica, a educação popular e o PPP. O trabalho envolveu os relatos e experiências das bolsistas dos municípios de Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu e Macaé, realizados de janeiro de 2024 a maio de 2025, sistematizadas por meio de relatórios e análise documental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

1. Caracterização da atuação das bolsistas dentro do projeto NEA-BC

A atuação dos bolsistas dentro do Projeto NEA-BC segue um plano de estudos estruturado com base no PPP que está relacionado com os planos de trabalho e política pública (PP) prioritária elencada em cada município. Na fase diagnóstica, os bolsistas realizam atividades de pesquisa e levantamento de informações, bem como, monitoram e acompanham políticas públicas prioritárias do GGL em espaços de transparência e controle social, como: Portais de Transparência Municipais (PTM), Diários Oficiais Municipais (DOM) e sessões da Câmara de vereadores, sistematizando as informações sobre a gestão pública local; na fase formativa, eles apresentam os dados sistematizados para os GGLs, apoiando os processos de qualificação dos comunitários em reuniões de GGL, Grupos de Estudo (GE), Grupos de Trabalho (GT) e formações para a comunidade em geral. Também são realizados encontros internos com a equipe de pesquisa, para a formação dos bolsistas em temáticas como: educação ambiental, justiça socioambiental, políticas públicas, participação e controle social, letramento digital, métodos de pesquisa, etc. Na fase interventiva, os bolsistas junto com o GGL, participam de espaços de controle social tais como, audiências públicas, conselhos, espaços colegiados e diálogos com o poder público, apresentando proposições de incidência política.

As atividades das bolsistas incluem não apenas a navegação nos portais de transparência, mas também sua organização, análise crítica, comunicação de forma acessível e os resultados de incidência e participação social nos municípios.

2. A política pública prioritária como eixo de ação nos territórios: entre o desejo coletivo e a urgência juvenil.



A definição de uma política pública prioritária por parte dos GGLs, constitui um dos eixos metodológicos centrais do projeto e da ação dos bolsistas. Essa escolha visa alinhar a ação comunitária aos impactos socioespaciais da cadeia de petróleo e gás em cada território. No entanto, a experiência dos jovens bolsistas evidencia que essa priorização – embora legitimada pela coletividade, nem sempre converge com as urgências específicas da juventude local. O cotidiano dos bolsistas exige então a constante mediação entre o tema priorizado pelo GGL e a necessidade de articular essa política às condições que atravessam a vida juvenil. Essa tensão pedagógica torna-se um campo fértil para a inovação política e metodológica, uma vez que conduz os jovens a olhar a realidade e as políticas públicas de forma complexa e integrada, produzindo sentidos plurais para a ação, mantendo assim, a coerência coletiva sem silenciar sua própria condição geracional e demandas talvez invisibilizadas pelas estruturas nos espaços de participação.

Em Armação dos Búzios (AB), a política prioritária do GGL recaiu sobre a política de gestão ambiental e as questões relativas à infraestrutura urbana devido não só aos impactos da cadeia petrolífera, mas também à base econômica turística da cidade. A atuação da bolsista teve como base o levantamento de dados socioeconômicos e demográficos, tais como, crescimento populacional, densidade demográfica, saneamento básico, pressão na infraestrutura e uso e ocupação do solo, em sites oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), PTM e o DOM; apresentando e debatendo com o GGL como esses temas se articulam à vivência da juventude e em geral a população. Especialmente em contextos de moradia precária, dificuldade de transporte público e escassez de espaços de convivência. Além disso, acompanhou os sites oficiais com o objetivo de observar e repassar para o GGL as movimentações orçamentárias, normativas e editais dos órgãos colegiados.

O desafio da bolsista foi transformar uma pauta consolidada pelo grupo, a política urbana e a política de meio ambiente, em plataforma de reivindicação juvenil, por meio do acompanhamento dos editais de convocação, participação e representação no Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), na Comissão Organizadora da Conferência Municipal



das Cidades (COCMC), assim como, espaços de apresentação de propostas para os instrumentos orçamentários⁷ e articulação com outras organizações da sociedade civil.

No Município de Casimiro de Abreu (CA), a política de saneamento básico foi eleita como política prioritária a partir da análise dos macroimpactos da indústria de petróleo e gás no município. Embora, à primeira vista, esse tema pareça distante das pautas típicas da juventude, o trabalho desenvolvido pela bolsista revelou sua centralidade na disputa por condições dignas de vida, tentando aproximar por meio de levantamento de dados em sites oficiais como Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SNIS), DOM, PTM, para a elaboração de materiais digitais e físicos que tivessem uma linguagem mais adequada, explicando e evidenciando a relevância do assunto entre a juventude. Para isso foi necessário o aprofundamento em temas, como o acesso digno à água, a transparência das informações públicas e a compreensão dos instrumentos de planejamento e regulação, a exemplo dos planos municipais de saneamento e coleta seletiva, bem como, a participação e representação em espaços de controle social como Comitês de Bacias Hidrográficas de Macaé e Rio das Ostras (CBHMRO) e o CMMA. Nesse processo, a bolsista compreendeu a política de saneamento como um campo estratégico de disputa social, conectando-a às condições concretas vividas pela juventude nos territórios mais vulnerabilizados do município.

No caso de Macaé, a escolha da política prioritária representou os contrastes profundos da cidade. De um lado, carrega o título de “Capital do Petróleo” e abriga grandes empresas, portos, bases logísticas e arrecadações milionárias; de outro, é um território que abriga locais sem acesso a saneamento básico, ao transporte público, à moradia segura e educação de qualidade. Portanto, a política de desenvolvimento urbano foi escolhida pelo GGL como prioridade para sua atuação e para isso, a bolsista realizou o levantamento e monitoramento dos dados normativos e orçamentários no DOM e no PTM, com o objetivo de compreender o investimento de recursos no município, principalmente em políticas de juventude e desenvolvimento econômico sustentável. A bolsista entendeu os mecanismos de alocação de

⁷ O orçamento público é composto por três peças orçamentárias: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Anual Orçamentária (LOA). O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo (quatro anos), que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública dos programas de duração continuada. (MTO, 2017, p. 80). Os programas de trabalho descrevem as políticas públicas que serão executadas em quatro anos. A LDO é o instrumento norteador da elaboração da LOA à medida em que dispõe, para cada exercício financeiro sobre as metas e prioridades, além das metas fiscais. A LOA consiste no instrumento de planejamento operacional que estima e fixa as receitas necessárias para um exercício financeiro



recursos orçamentários e encontrou ausência de investimentos nestas duas políticas. O monitoramento da receita e alocação de despesa do orçamento público possibilitou uma atuação do grupo diretamente ligada à formação política de jovens e lideranças, através da tradução de temas tão complexos para uma linguagem mais acessível.

Isto reforça a importância do monitoramento e acompanhamento dos PTM, DOM e do orçamento público, pois não podem ser desvinculados do território que os sustentam. O monitoramento da bolsista permitiu a construção de materiais informativos e formações com jovens e lideranças locais, buscando soluções às desigualdades socioambientais que enfrentam. Nesse sentido, o acesso aos dados orçamentários não representa apenas um exercício de transparência, mas se torna uma ferramenta política de emancipação e reivindicação, sobretudo quando articulada à escuta comunitária e à leitura crítica da realidade. Este levantamento de dados e informações dos comunitários, desdobrou-se na participação do GGL em espaços colegiados, como: Conselho da Cidade, CMMA, Conselho da Juventude e na COCMC

Esses exemplos demonstram que, mesmo quando a política pública priorizada pelos comunitários do projeto NEA-BC não está diretamente vinculada às demandas específicas da juventude, os bolsistas têm operado como mediadores estratégicos, capazes de relacionar a necessidade coletiva com os conflitos intergeracionais que estruturam o cotidiano. Longe de fragmentar a ação, essa mediação só potencializa a intervenção comunitária, ampliando o espectro de sentidos que mobilizam a comunidade e reforça o caráter transversal das pautas juvenis nos territórios.

3. Letramento digital e educomunicação: juventudes como tradutoras dos territórios.

Diante das ações e desafios descritos anteriormente, emerge um conjunto de estratégias que posicionam os bolsistas do NEA-BC como agentes tradutores e transformadores da linguagem institucional. Esses sujeitos passam a ocupar o intervalo entre o dado técnico e a compreensão popular, articulando metodologias de letramento digital e educomunicação como forma de construir conhecimento e fortalecer a participação e controle social sobre as ações governamentais.

Como afirma Paulo Freire (1987, p. 44) “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, e é nesse gesto de interpretar criticamente a realidade que se inscreve o processo educativo como prática de liberdade. A atuação das bolsistas revela uma pedagogia



territorializada e crítica, na qual a apropriação dos dados públicos deixa de ser um fim em si, e passa a operar como meio de mobilização, diálogo e ação. Trata-se de um movimento pedagógico e de comunicação que conjuga três etapas: o monitoramento sistemático das informações; a seleção e análise das informações com base nas prioridades definidas; e, por fim, a devolutiva em uma linguagem acessível, por meio de ferramentas digitais.

Em AB, a educomunicação foi a estratégia utilizada pela bolsista para o enfrentamento das barreiras institucionais de acesso à informação e participação popular. A sistematização de informações das publicações relacionadas à pasta do meio ambiente e a verificação da legalidade dos processos de eleição dos conselhos publicados nos sites oficiais, realizado pela bolsista foi a forma que o GGL encontrou para ampliar o controle social e ocupar os espaços colegiados, mesmo diante de um cenário marcado pela baixa transparência e resistência institucional à participação cidadã. Com base nesse monitoramento, foram organizadas as informações em programas como o Google Apresentações e o Padlet e construídos conteúdos informativos no mural do bolsista, o que colaborou para a divulgação desses atos não só para os membros do GGL, mas também para outras associações e entidades da sociedade civil.

Esse processo colaborou também para que as informações sobre as representações nos diversos órgãos colegiados fossem compartilhadas via internet de forma ágil e célere, uma vez que os prazos para a participação de espaços de controle social, são curtos e pouco divulgados. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pela bolsista revela a importância da atuação da bolsista na divulgação e compartilhamento dessas informações, além de, possibilitar a articulação entre entidades da sociedade civil e criação de estratégias conjuntas para o enfrentamento das barreiras institucionais, para que a composição destes espaços de controle atenda de forma mais fidedigna as demandas das comunidades menos favorecidas e impactadas pelos impactos socioambientais.

Em CA, este processo foi conceituado como fluxo de educomunicação para a incidência local, no qual a leitura crítica da bolsista dos atos administrativos se articulou a uma prática que incluiu a produção de conteúdos capazes de compor narrativas coletivas sobre a política pública prioritária. Com o monitoramento do DOM e PTM, foram identificadas publicações relacionadas ao saneamento básico e outras políticas de interesse coletivo. Após essa triagem, foram organizadas as informações e inseridas no mural do bolsista, ferramenta que reúne os



dados sistematizados de forma acessível, e também, apresentadas na reunião de GGL sintetizando os principais pontos para o grupo.

Além disso, foram realizadas ações de mapeamento das legislações pertinentes, trabalhando com os comunitários o uso de ferramentas de Inteligência Artificial para a pesquisa de documentos e legislações para construção de propostas para as leis orçamentárias. Assim, as informações extraídas utilizando as ferramentas digitais deixam de ser fragmentos técnicos e passam a compor narrativas críticas e engajadas sobre a política pública prioritária, neste caso, o saneamento básico.

Já em Macaé, a atuação do bolsista centrou-se na tradução do monitoramento do orçamento público municipal em uma linguagem acessível, a partir da construção de *cards* com ferramentas como *canva* e *genially*, também foram realizados relatórios didáticos e apresentações nas reuniões do GGL e em formações abertas à comunidade. A materialização dessas ações representou não apenas a democratização do acesso à informação, mas também o fortalecimento do letramento “político” de lideranças e jovens, que passaram a compreender o funcionamento dos mecanismos institucionais como parte de um processo maior de disputa, na busca pelo investimento nas políticas prioritárias.

Em todos os casos, evidencia-se que as bolsistas não apenas aprenderam a navegar pelos sistemas de informação, mas também desenvolveram uma prática contra-hegemônica de reapropriação e análise crítica dos dados públicos. Elas deixam de ser “receptoras” da informação e tornam-se mediadores capazes de reconfigurar sua circulação, sentido e uso político nos territórios.

4. Presença nos espaços de controle social como conquista e disputa permanente.

As inserções de jovens nos espaços institucionais de controle social, como conselhos, audiências públicas, câmaras técnicas, etc, representam ações político-pedagógicas de cunho interventivo no NEA-BC. No entanto, essa presença é atravessada por tensões: exigem que o bolsista não tenha apenas domínio técnico, mas também esforço constante de legitimação em arenas historicamente resistentes à participação da juventude e da sociedade civil.

Em AB, a atuação da bolsista no CMMA possibilitou o monitoramento de editais, eleições e deliberações técnicas. A sistematização crítica dessas informações permitiu a qualificação da participação do GGL neste espaço colegiado, assim como nas Câmaras



Técnicas do conselho, mesmo diante de barreiras como a baixa divulgação e a limitação da escuta institucional.

Em CA, existe a articulação entre a formação comunitária e a incidência política. A ocupação de espaços de representação no CBHMRO, no GT de saneamento e GT de juventude do CBH, foi possível, a partir do levantamento e sistematização de informações pela bolsista para a formação do GGL, e isso reforça a construção de conhecimentos conjuntamente e o fortalecimento da legitimidade do grupo nestes espaços, conectando saberes populares aos instrumentos de participação.

Em Macaé, a bolsista atuou nos espaços públicos de decisão, enfrentando as dinâmicas e disputas de poder. A presença dela e do GGL nas audiências públicas, nas sessões da Câmara dos Vereadores, no Conselho da Cidade, Conselho da Juventude e no CMMA abriram possibilidades de mudanças para uma escuta ativa por parte do poder público para a sociedade civil.

Nos três contextos, a presença da juventude não se resume ao acesso formal aos espaços de representação e deliberação. Trata-se de um exercício permanente de mediação crítica entre território e o fazer “política”, no qual os bolsistas desafiam práticas excludentes e ressignificam a institucionalidade ao inserir nela outros saberes, vozes e sentidos de ação coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A juventude brasileira vivencia, historicamente, uma condição marcada por profundas assimetrias no acesso a direitos, à educação de qualidade, ao trabalho digno e à efetiva participação nos processos decisórios e isto não é diferente para os jovens dos municípios onde atua o Projeto NEA-BC. A figura do jovem bolsista do NEA-BC emerge então com o propósito de ampliar espaços de atuação e representação na sociedade, a partir da participação e engajamento dos jovens.

Nesse contexto, a experiência das jovens bolsistas dos municípios de Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu e Macaé mostraram como fortaleceram processos formativos, articulando o saber popular, a linguagem institucional e a prática política cotidiana. Transformando dados públicos em informação acessível, e a informação em ação coletiva, esses



jovens assumem uma posição estratégica no fortalecimento da participação e controle social, ao mesmo tempo em que tensionam os limites das institucionalidades existentes.

O NEA-BC não se estabelece apenas como processo educativo, mas como campo de experimentação política em que a juventude emerge como sujeito ativo, crítico e articulador. Entre a urgência das suas demandas e o compromisso com as políticas públicas priorizadas pelos GGLs, os bolsistas vêm construindo caminhos para disputar mudanças nas políticas dos territórios em que vivem. Em suma, a experiência delas evidencia que, embora as políticas voltadas à juventude estejam fragmentadas e talvez pouco integradas aos sistemas de participação, a presença juvenil nos territórios opera como força criativa de reinvenção política. Os relatos demonstram que os jovens não apenas devem ocupar espaços já instituídos, mas também podem construir novas formas de participação, práticas inovadoras, linguagens e métodos de ação coletiva, mesmo com temas distantes de suas pautas imediatas, tem a capacidade de traduzi-los em agendas conectadas à juventude e políticas vulneráveis em seus territórios.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO RAÍZES. 2017a. **Projeto Político Pedagógico** – Projeto Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos. Campos dos Goytacazes: Petrobras, Associação Raízes, 2017a.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Nota Técnica Cgpeg/Dilic/Ibama Nº 01/10. 10 de fevereiro de 2010. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/laf/procedimentos-e-servicos/arquivos/petroleo-e-gas/notas-tecnicas/5-2010-01-nota-tecnica-programas-de-educacao-ambiental.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

GIL, Antônio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>.

Acesso em: 15 jun. 2025

GOHN, M. da G. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível

em: https://konektacommerce.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/TEXT_SAMPLE_CONTENT/conselhos-gestores-e-partipacao-sociopolitica-vol-32-19412-1.pdf

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2025.

REIS, Fabiana de Arruda Resende; ARAÚJO, Isroberta Rosa; MISCALI, Sandra Rangel de Souza (Orgs.). **Educação Ambiental na Gestão Pública: 10 anos de ação-reflexão-ação na região da Bacia de Campos**. Campos dos Goytacazes, RJ: Petrobras, Associação Raízes, 2019. Disponível em: <https://associacaoraizes.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Livro-Raizes-1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. (Originalmente publicado em 1984).